

DECLARAÇÃO DO PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL 2012-2014

Nós, os Parlamentares Juvenis das Delegações da Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai, reunidos no marco do Segundo Encontro do Parlamento Juvenil do MERCOSUL, realizado em Brasília, Brasil, entre os dias 3 a 5 de dezembro de 2012, elaboramos a seguinte declaração, nos embasando nos 6 eixos temáticos:

GÊNERO

1. Exigir o cumprimento do marco regulatório comum relacionado a gênero no MERCOSUL, de maneira que se estabeleçam, assegurem e cumpram as leis sobre respeito, equidade e diversidade em todos os países membros e associados, refletindo esta realidade nas escolas;
2. Desenvolver e incorporar na formação do currículo/matéria de docentes a educação sexual, de maneira que orientem a formulação de um projeto de vida, gerando espaços de atualização contínua para docentes e estudantes por meio do uso das TICs e do intercâmbio de conhecimentos com outros jovens;
3. Criar e/ou reforçar as equipes multidisciplinares em todos os centros de estudo, capacitando alunos que poiem esses grupos, nos diferentes temas que abarcam o conceito de gênero. Os responsáveis pela condução desses trabalhos seriam estudantes universitários instruídos, terceiros, entre outros.
4. Propomos o desenvolvimento de oficinas e atividades, conduzidas por especialistas, entre as famílias, os alunos e os professores, considerando que estes formariam um triângulo que aperfeiçoaria os laços de interação, comunicação e integração no Ensino Médio.
5. Re-significar a construção cultural do feminino e do masculino, que tendem a estereotipar e estigmatizar as pessoas por meio do feminismo e do machismo, promovendo material pedagógico-didático, que demonstre a igualdade de gênero e as diferentes opções de vida.

JOVENS E TRABALHO

1. A orientação vocacional deve ser teórica, prática e compulsória desde os primeiros anos do Ensino Médio, sendo parte em cada uma das disciplinas do currículo;
2. É de vital importância oferecer oportunidades profissionais aos estudantes maiores de 16 anos por meio do trabalho voluntário, de estágios e/ou práticas remuneradas dentro de instituições ou empresas privadas. Propomos que estas empresas sejam beneficiadas por oferecer espaços aos estudantes de todos os subsistemas de Educação Média, sempre com a regulação correta por parte dos órgãos competentes;
3. Exigimos que o trabalho não influencie na educação do jovem e que, caso seja necessário, o trabalho seja adequado aos estudos, e não o contrário, assegurando os direitos trabalhistas dos jovens em formação profissional.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1. Promover e garantir intercâmbios culturais, educacionais e desportivos entre países latino-americanos;
2. Exigimos a implementação compulsória do português nos países do MERCOSUL e associados de língua hispânica, assim como que o Brasil implemente o ensino do espanhol em seu currículo, a fim de fortalecer o ensino do mesmo;
3. Difundir e promover o cumprimento dos parâmetros educacionais comuns para toda a região do MERCOSUL, potencializando a igualdade na educação por meio de uma visão latino-americana das disciplinas de humanidades;
4. Promover o respeito mútuo à diversidade cultural latino-americana, criando a Semana Intercultural do MERCOSUL.

INCLUSÃO EDUCATIVA

1. Sugerimos que se invista na conscientização escolar por meio de campanhas educativas, desde a primeira idade, sobre gravidez juvenil, sexualidade, e que se incentive a implementação de métodos alternativos nessas aulas, utilizando materiais audiovisuais;
2. Garantir o transporte gratuito para os estudantes, facilitando o acesso aos centros educativos, incluindo aqueles localizados nas zonas rurais.

3. Assegurar estruturas tecnológicas nas escolas que incluam material audiovisual, internet grátis, laboratórios de ciências, computadores, etc., sendo utilizadas como meio facilitador de aprendizagem.
4. Devemos ter mais universidades para poder ter mais vagas de entrada e assim devemos aspirar a uma educação superior pública, gratuita e inclusiva naqueles países que onde ainda não há.
5. Garantir um espaço onde profissionais capacitados possam trabalhar sobre as vulnerabilidades sociais, como psicólogos ou assistentes sociais que contribuam para a mediação ou orientação sobre consumo de substâncias psicoativas, enfrentamentos, conflitos familiares e estudantis que posteriormente prejudiquem o desempenho escolar.
6. A fim de lograr a igualdade no marco da Educação, propomos uma escola média laica, gratuita, pública e inclusiva para pessoas com portadoras de deficiências. É necessário garantir a existência de professores niveladores, fonoaudiólogos, adaptar a infraestrutura das instituições educacionais, entre outros, para lograr uma educação digna e acessível para todos.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1. Exigimos que sejam destinados mais recursos por parte do Estado para a Educação, nosso principal direito.
2. Propomos a nomeação de un docente em cada escola que se encarregue de garantir a participação dos jovens dentro desse centro educacional e que, ademais seja devidamente remunerado. Que estes professores promovam, apoiem e acompanhem a execução dos programas participativos de cada país.
3. Criar e promover meios de comunicação e mobilização social alternativas juvenis, para fomentar a cidadania e informar desde as escolas sobre os projetos de desenvolvimento social por parte do governo, destinados aos alunos e a suas famílias.
4. Que haja transversalidade entre os programas de participação cidadã/juvenil como o PJM (Parlamento Juvenil do MERCOSUL) e outras instituições e organizações, ONGs, ambientais, etc.
5. Criar uma Confederação de Centros de Estudantes (a nível MERCOSUL) que elabore políticas públicas de participação para os membros e associados, e enfatize a necessidade de adesão de todos os países da América Latina. Ademais, a mesma se encarregaria de propiciar a formação de um tratado avaliando a formação de centros de

Estudantes em todos os países que a compõem. E garantir capacitações sobre suas funções e sua organização, mas sem interferir em suas ações.

DIREITOS HUMANOS

1. Acreditamos na necessidade de políticas socioeducativas que promovam claramente a educação, baseando-nos na aplicação dos Direitos Humanos comuns para o âmbito latino-americano, como o Direito à Saúde Pública e gratuita, à Educação Primária e Secundária gratuita e obrigatória para os países que não possuem uma Universidade pública e inclusiva, e o Direito a um meio ambiente são e equilibrado.
2. Eliminar o serviço militar obrigatório nos países onde ainda existe.
3. Com a finalidade de gerar memória e conscientizar os países do MERCOSUL, respeito ao marco histórico dos Direitos Humanos na América Latina, propomos o tratamento dos mesmos dentro de espaços curriculares existentes, de modo didático, pedagógico e transversal a todas as matérias.
4. Garantir uma educação contextualizada que logre integrar a pluriculturalidade e multi-etnia gerando equidade no sistema educativo.

CONCLUIMOS

Desde nossa posição como Parlamentares reconhecemos e valoramos o trabalho de nossos companheiros

De Bolívia e Paraguai, eles têm colaborado com nosso trabalho e por diversos motivos não têm podido assistir. Almejamos que, para uma oportunidade próxima, possamos contar com sua presença.

Nosso objetivo é transcender do econômico para avançar em termos sociais, culturais e educativos que nos permitem contar com um verdadeiro Mercado Comum do Sul.